



Projetos habitacionais empreendidos pelo Poder Público em Macapá-AP: de 1943 a 2018

Autores:

Kevin Cordeiro - Universidade Federal do Amapá - kevinscordeiro@gmail.com

Melissa Matsunaga - Universidade Federal do Amapá - matsunagamk@gmail.com

Resumo:

O artigo tem o objetivo de identificar, sistematizar e tecer análises iniciais sobre projetos habitacionais empreendidos pelo poder público com enfoque para a habitação de interesse social na cidade de Macapá, Amapá, região norte do Brasil. A pesquisa apresenta as ações realizadas na capital durante os períodos de Território Federal do Amapá (1943-1988) e posteriormente como ente federativo, Estado do Amapá até os dias atuais (1988-2018). A investigação utiliza-se de revisão bibliográfica e documental para levantamento dos dados que se encontram fragmentados nas publicações que tratam o assunto, constituindo numa sistematização importante já que organiza as informações compondo um Quadro temporal que, por sua vez, possibilita a definição de sub-periodizações além de localizar os empreendimentos habitacionais no espaço urbano de Macapá através de um Mapa. Os produtos abrem possibilidades de aprofundamentos teóricos posteriores sobre o tema além de poderem subsidiar discussões acerca da formulação de uma política habitacional efetiva na capital amapaense.

PROJETOS HABITACIONAIS EMPREENDIDOS PELO PODER PÚBLICO EM MACAPÁ-AP

De 1943 a 2018

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o objetivo de identificar, sistematizar e tecer algumas análises iniciais sobre os projetos habitacionais empreendidos pelo poder público com enfoque para a habitação de interesse social na cidade de Macapá, Amapá, região norte do Brasil. A pesquisa apresenta as ações realizadas na capital durante os períodos de Território Federal do Amapá (1943-1988) e posteriormente como ente federativo, Estado do Amapá (1988-2018)¹.

No contexto de Guerra e com a descoberta de manganês na região central do território, o Amapá ficou sob tutela direta da União, aliando interesses políticos e econômicos que culminaram na então separação do estado do Pará e criação do Território Federal do Amapá em 1943. Essa mudança no quadro político-administrativo proporcionou a valorização da cidade de Macapá, que se tornou a capital do estado em 1944, começando a receber investimentos de infraestrutura urbana, assim como um expressivo crescimento populacional. Os problemas de ordem urbana e social são engendrados desde então (PORTO, 2002).

A transformação em ente federativo em 1988 associada a incentivos fiscais e de implantação de empresas no jovem estado desencadeia um novo e rápido crescimento populacional em Macapá. Em decorrência disso, são agravados os problemas referentes à ocupação informal de áreas alagadas da cidade diante de uma inexpressiva solução habitacional oferecida pelo poder público, como veremos adiante (TOSTES, 2006).

O artigo constitui-se em revisão bibliográfica e documental, refazendo os dois grandes períodos históricos com base em pesquisa em diversos materiais (artigos, dissertações, teses, relatórios e livros publicados) que tratam sobre o tema, que abordam a história do Amapá, seus governos e políticas públicas realizadas, como é o caso de Nunes (1946), Reis (1949), Pennafort (1994), Portilho (2006) e Tostes (2006). Houve ainda a procura de registros fotográficos que ilustrassem os projetos habitacionais realizados e que pudessem, da mesma forma, trazer maiores informações sobre os mesmos acerca da tipologia e dos materiais empregados.

¹ Esta investigação integra o conteúdo em desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo do autor principal.

ENQUANTO CAPITAL DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ (1943 a 1988)

A partir do decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, foi criado o antigo Território Federal do Amapá pelo então Presidente Getúlio Vargas, junto com os territórios do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguazu. A criação destes foi justificada de modo a proteger as regiões fronteiriças de vazio demográfico e como forma de garantir a atuação do governo em regiões longínquas, criando assim condições jurídicas e econômicas para reorganizar o espaço brasileiro (PORTO, 2002).



Figura 1 - Territórios Federais criados em 1943. Fonte: IBGE (1943, p. 755)

Segundo Portilho (2006) essa nova condição elevou o município de Macapá à capital do Território Federal, antes status do município do Amapá, devido a sua melhor posição geográfica e uma maior proximidade com Belém do Pará que era o principal centro urbano da região. Com essa transformação política, houve a necessidade de criar uma estrutura que pudesse comportar a administração pública do novo governo através de melhorias urbanas.

Essas melhorias podem ser consideradas as iniciadas a partir de 1944 com a chegada do Capitão Janary Gentil Nunes na cidade como governador do Território. Este período é caracterizado então por uma modernização e expansão do núcleo urbano, tendo um viés de higienização e embelezamento do centro da cidade por meio de medidas como a retirada de comunidades negras da área para a edificação de prédios públicos, praças e casas que deram a tônica e a estética do novo padrão urbanístico que passara a vigorar para a ocupação da capital (PORTILHO, 2006; SILVA, 2017).

Em Relatório de Atividades ao Presidente do Brasil no ano de 1946, o governador Janary Nunes relata as condições em que se encontravam as edificações na cidade de Macapá entre 27 de dezembro de 1943 e o final de 1944:

Todas as edificações existentes em Macapá, antes das construções do Governo de Vossa Excelência, com exceção dos prédios da Prefeitura Municipal e da Igreja, eram de madeira ou tabique e, na maioria, encontravam-se em péssimo estado. Um foram adquiridas pelo Govêrno, outras alugadas e reconstruídas, para adaptação de serviços públicos e residências de funcionários. (NUNES, 1946, p. 99)

De acordo com Reis (1949), as obras na cidade de Macapá foram de responsabilidade do Departamento de Viação e Obras Públicas que implantou: iluminação elétrica, realizou arruamentos e terraplanagens, construiu a residência governamental além de um conjunto de casas para funcionários, um grupo escolar, hotel, hospital, cine-teatro, olaria e usina de força e luz. Essas ações modificaram a paisagem urbana da capital rapidamente.

Segundo Nunes (1946, p. 100), o problema da casa, tanto para serviços públicos como para residência de funcionários, foi o mais sério encontrado pelo governo na nova sede do território federal. Para a solução deste, foi contratado a firma Emílio Brandenberg para a construção de 35 casas de madeira que seriam destinadas aos novos empregados da administração pública.

Ocorrem, assim, as primeiras iniciativas para a promoção de moradias em Macapá por parte do governo territorial, com a instalação de uma administração e a necessidade de acomodar uma nova classe de funcionários públicos que se instalou na cidade. O contrato desta obra, devido a morte do contratante, foi rescindido e foram entregues somente 8 casas prontas, 2 em via de conclusão, 16 com parte da estrutura pronta, 4 somente com os pilares erguidos e 5 ainda por iniciar (NUNES, 1946).

Os primeiros registros fotográficos encontrados deste projeto datam de 1950 e mostram o conjunto de residências de madeira situadas em uma região denominada no período de “Bairro Alto”, aparentemente com poucas infraestruturas urbanas (Figura 2). Das demais casas que faltavam ser concluídas, o governo retomou as obras e entregou, somadas as 8, mais 7 casas no final do ano de 1944 (NUNES, 1946).



Figura 2 - Casas para servidores públicos do Território Federal do Amapá em Macapá construídas na década de 1940, av. General Gurjão, década de 1950.

Fonte: Acervo do MHAJCS.

Outro projeto também realizado no final da década de 1950 é o Conjunto Residencial da IPASE, que, como mostra a Figura 3, apresenta edificações em alvenaria e melhor infraestrutura viária, com a definição de passeio público e postes de energia elétrica. Esse conjunto foi construído como uma moradia definitiva para os mesmos, ao contrário do conjunto anterior que tinha um caráter provisório.



Figura 3 - Vista parcial do conjunto residencial da IPASE em Macapá (AP), av. Procópio Rola, década de 1950.

Fonte: IBGE/2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=43155>, 31 de mai. 2018.

Ambos os projetos, juntos com as demais obras realizadas nesse primeiro período de Território Federal, possuíram um caráter de privilégio dado somente aos trabalhadores assalariados da administração pública, excluindo deste quadro a população de baixa renda que foi removida para outras regiões da cidade (LUNA, 2017). Estas ações do governo se mantiveram até a segunda metade do século XX, aliadas com a provisão de moradias ofertada para os funcionários de empresas que vieram a se instalar em Macapá, como foi o caso da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) e da Companhia de Energia do Amapá (CEA).

Não foram encontrados dados sobre a criação de empreendimentos habitacionais nos governos seguintes a Janary Nunes, que ficou no comando do território até o ano de 1955, nem tampouco na maioria dos governos do Regime Militar, que se iniciou a partir de 1964. A preocupação desse período no Amapá, e, portanto, na cidade de Macapá, viria ser a aceitação pública do regime por meio da alienação política da população que segundo Santos (2001), chegou a punir funcionários públicos, sindicalistas e estudantes contrários ao sistema, o que pode demonstrar que provisão habitacional não viria a ser um interesse do governo militar.

Somente a partir da década de 1980, com o governo de Anníbal Barcellos e nos últimos anos do Regime Militar, que surgem projetos de habitação em maiores escalas na cidade, por meio de financiamentos feitos pela Caixa Econômica Federal e realizados pela Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano (EMDESUR), uma empresa pública criada pelo próprio governo municipal para o gerenciamento das áreas habitacionais. Foi o único órgão imobiliário criado em todo o território amapaense que tratava da criação de novas moradias (TOSTES, 2014).

Dentre os empreendimentos criados pela EMDESUR estão o Conjunto Cabralzinho, zona oeste da capital, o Conjunto Laurindo Banha, sudoeste da cidade, e o Conjunto Boné Azul, na zona norte, sendo todas estas áreas consideradas de expansão urbana e, portanto, distantes do centro (TOSTES, 2014). As unidades criadas foram financiadas por meio da própria empresa municipal para os moradores, os quais pagariam parceladamente o valor total.

A EMDESUR, no entanto, não foi eficiente pois não adquiriu a devida importância na prefeitura, sendo tratada como apenas mais um departamento entre os demais, o que ocasionou dificuldades na captação de recursos para os projetos. Outro fator que também contribuiu para sua extinção foi a ineficiência da empresa em gerir e cobrar adequadamente os pagamentos das unidades habitacionais dos moradores (TOSTES, 2014).

Este tipo de provisão habitacional feita pelo governo não atendeu a população de baixa renda que era carente de moradia, tendo em vista que para se conseguir uma casa nos conjuntos era necessário ter uma renda de aproximadamente 10 a 15 salários mínimos da época (MACHADO; PANTOJA, 1995).

Houve, contudo, a realização de moradias populares no início dos anos 1980, ainda por parte do governo Barcellos, como forma de atender a população que residia em áreas alagadas à frente da cidade de Macapá. Muitas dessas regiões foram aterradas e saneadas para receberem a construção de casas de madeira com piso e instalações sanitárias em alvenaria e uma estrutura de fossas biológicas para o esgoto (PENNAFORT, 1994).

Uma dessas regiões a receberem esse projeto habitacional foi a antiga favela do Elesbão, onde hoje se encontra o bairro Santa Inês na orla de Macapá, como mostra a Figura 4. O governador também realizou outras obras de habitação popular na região conhecida como Baixada do Japonês, onde é hoje o bairro Perpétuo Socorro, e no bairro Novo Buritizal (PENNAFORT, 1994).



Figura 4 - Casas na Baixada do Elesbão no ano de 1983, Macapá/AP.

Fonte: Acervo Paulo de Tarso Barros. Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2017/05/foto-memoria-de-macapa-casas-de.html>, 13 de nov. 2018

De acordo com Pennafort (1994), durante os dois períodos administrativos de Anníbal Barcellos (1979-1985, 1991-1995), foram construídas 1.300 casas populares, o que resolveu o problema habitacional de cerca de seis mil pessoas que viviam em condições precárias. Estas ações demonstram que realmente houve uma provisão de moradias exclusivamente para populações de baixa renda no período de Território Federal, o que pode ser considerado como uma das primeiras ações no âmbito de habitação popular na cidade de Macapá.

ENQUANTO CAPITAL DO ESTADO DO AMAPÁ (1988 A 2018)

A partir do final da década de 1980 houve um expressivo aumento populacional no estado do Amapá decorrente de uma expressiva onda imigratória para a região. O primeiro motivo para esse fenômeno foi a transformação do antigo Território Federal do Amapá para Estado da Federação no ano de 1988 por meio da Constituição do mesmo ano, passando assim a adquirir uma autonomia e capacidade para se autogovernar sem ligação direta com o Governo Federal (PORTO, 2002).

Posteriormente a isso, em 1991, houve a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana que possibilitou a instalação de empresas no Distrito Industrial com diversos incentivos fiscais (PORTO, 2002). Esses fatores implicaram em crescimento econômico para o Estado do Amapá que acabou por atrair imigrantes de ilhas do Pará e de alguns estados do Nordeste (BRITO, 2014).

Esse rápido crescimento da população no estado, principalmente em Macapá, que segundo Souza (2014) chegou a taxas de urbanização de 89%, não foi acompanhado de nenhuma política capaz de comportar adequadamente esses números migratórios. Portanto, apesar dos conjuntos habitacionais criados em períodos anteriores e durante o último mandato do governador Anníbal Barcellos (1991-1995), estes não foram capazes de suprir a demanda e ocasionou a ocupação desordenada de áreas úmidas próximas ao centro da cidade (BRITO, 2014; TOSTES, 2014).

Como resposta do governo municipal para este problema, implementou-se na década de 1990 medidas voltada para a criação de novos loteamentos populares, com a diferença de não haver a provisão de casas como foi feito anteriormente. Estes novos assentamentos foram localizados principalmente em áreas periféricas, a exemplo da zona norte da cidade, e foram entregues sem nenhuma infraestrutura de esgoto, água, energia ou pavimentação, apenas com os lotes abertos para ocupação (PORTILHO, 2006; TOSTES, 2006).

Segundo dados do Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP), na década de 1990 foram criados 7 loteamentos por parte do governo estadual em Macapá, somando um total de 8.078 lotes urbanos. Dentre estes loteamentos estão o Loteamento Brasil Novo, Conjunto Hospital de Base, Loteamento Tucumã, Loteamento Renascer, Loteamento Chefe Clodoaldo, Loteamento Marabaixo e Loteamento Pantanal.

Outros loteamentos também foram empregados em Macapá na década de 1990, que, no entanto, não constam nos dados do IMAP. Estes são, na zona norte da cidade, Loteamento

Infraero, Loteamento Novo Horizonte e Loteamento Jardim Felicidade; e ao Sul, Jardim Equatorial, Marco Zero, Zerão e Universidade (PORTILHO, 2006).

A partir dos anos 2000, ainda de acordo com dados do IMAP, foram empreendidos mais 7 loteamentos pelo governo estadual, dentre os quais estão Loteamento Açucena, Loteamento Amazonas, Loteamento Vale Verde, Loteamento Jovelina/Palmares, Loteamento Esperança do Renascer, lotes no Conjunto Boné Azul e Loteamento Morada das Palmeiras. Junto a isso, foi também realizado uma política de regularização de alguns bairros entre os anos de 2003 e 2005 (SILVA, 2017).

Esta política de criação de assentamentos urbanos na cidade de Macapá foi estendida até o ano de 2010 pelo governo do estado. A partir de 2007, no entanto, começou também a implementação de conjuntos habitacionais com o aporte de verbas decorrentes das alterações no cenário federal que vieram a priorizar investimentos e incentivos à indústria da construção civil como forma de combater a crise econômica mundial de 2008.

As ações governamentais dessa nova fase de investimentos em habitação na cidade de Macapá aconteceram, portanto, por meio de programas federais criados com interesses econômicos. Dentre estes estão o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que pertence ao Ministério do Planejamento, o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que possuem a Caixa Econômica Federal (CAIXA) como agente gestor e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) como financiador.

Desse modo, o primeiro projeto habitacional que foi feito nesse período foi o Conjunto Vitória-Régia (Figura 5), que está localizado na zona norte da cidade e foi realizado pelo governo estadual de Waldez Góes no ano de 2007 por meio de recursos do PAR (CARVALHO, 2015). O empreendimento promoveu 160 unidades habitacionais de interesse social distribuídas em blocos de dois pavimentos.



Figura 5 - Figura 04 – Conjunto Vitória-Régia, Macapá/AP, 2007.

Fonte: Disponível em: <https://ap.mgfimoveis.com.br/venda-ap-macapa-vendese-apartamento-no-residencial-vitoria-regia-apartamentos-40293894>, 19 de nov. 2018.

Posteriormente a isso, foi somente quatro anos depois que houve a criação de um novo empreendimento em Macapá, sendo este agora feito por iniciativa da Prefeitura Municipal de Macapá com recursos do PAC, como parte do programa de intervenção em

favelas. O Conjunto Habitacional Mucajá (Figura 6) foi inaugurado em 2011 e interveio em uma antiga ocupação informal de mesmo nome que estava localizada em uma área de barranco com riscos de deslizamento.

O conjunto foi realizado em uma região mais elevada e plana próxima à área da antiga ocupação e remanejou a população para 37 blocos de apartamentos de 4 pavimentos e com 4 apartamentos por andar (AZEVEDO, 2016). O projeto ofertou um total de 592 novas unidades habitacionais de interesse social e foi o único realizado totalmente com uma demanda específica, a da favela Mucajá, na cidade.



Figura 6 - Conjunto Habitacional Mucajá, Macapá/AP, 2011.

Fonte: Aline Brito, 2017. Disponível em: <http://macapa.ap.gov.br/983-conjunto-mucaja-recebe-servicos-de-limpeza>, 19 de nov. 2018.

Estes dois empreendimentos foram os únicos que não utilizaram recursos do PMCMV, que foi lançado no ano de 2009, pois a partir destes todos os novos projetos realizados, tanto do governo estadual quanto municipal, foram por meio desse programa. O primeiro conjunto construído foi o Parque dos Buritis, feito pela prefeitura municipal em 2012 no bairro de mesmo nome localizado na zona norte de Macapá, criando 36 unidades habitacionais unifamiliares térreas.

Em 2013 foi entregue, também pela prefeitura, o Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos, localizado na zona norte e próximo às margens da Rodovia do Curiaú em uma área definida como prioritária para a habitação de interesse social de acordo com o Plano Diretor de Macapá (SILVA, 2016). O projeto ofertou 528 unidades habitacionais de tipologia unifamiliar térrea de 37m² de área útil.

No ano seguinte, foi entregue pelo governo estadual a primeira etapa do Conjunto Habitacional Macapaba (Figura 7), o maior empreendimento de interesse social da cidade de Macapá, criando 2.148 unidades habitacionais em 2014 e mais 2.218 unidades no ano de 2017, na segunda etapa, totalizando 4.366 novas moradias (TOSTES, 2016). O projeto foi construído nos limites urbanos da zona norte, às margens da Rodovia Federal BR-210, e utilizou tanto a tipologia de casas térreas quanto de edifícios verticais de 4 pavimentos.



Figura 7 - Conjunto Habitacional Macapaba, Macapá/AP, 2014.

Fonte: Disponível em: <https://chicoterra.com/2017/04/10/moradores-do-conjunto-macapaba-recebem-atendimento-de-saude/>, 19 de nov. 2018.

Houve também mais dois outros empreendimentos realizados pelo governo municipal, o Conjunto Habitacional São José, que foi inaugurado em 2016 e criou 1.440 unidades habitacionais, e o Conjunto Habitacional Jardim Açucena, entregue no início de 2018 com 1.500 unidades. Ambos possuem a tipologia de edifícios verticais de 5 pavimentos e estão localizados na região oeste da cidade.

No ano de 2018 iniciaram-se as obras do Conjunto Habitacional Janary Nunes, empreendimento realizado pela Prefeitura Municipal localizado no distrito da Fazendinha, ao sul do município, que prevê 500 unidades ao total; e do Conjunto Habitacional Miracema, criado pelo governo estadual e localizado em uma rodovia na zona norte da cidade, que também criará mais 500 unidades habitacionais.

Além destes projetos mencionados, há mais dois empreendimentos contratados pelo governo do estado que estão com as obras paralisadas. Os conjuntos habitacionais do Aturiá (zona sul) e do Congós (zona oeste) foram promovidos pelo PAC e estão suspensos, respectivamente, desde os anos 2013 e 2014, e juntos criariam quase 800 novas unidades de habitação social em Macapá.

SISTEMATIZAÇÃO

Com o intuito de tecer algumas análises, as ações relativas à questão habitacional empreendidas em Macapá foram sistematizadas e organizadas gerando o Quadro 1 e o **Erro! Fonte de referência não encontrada.**a seguir:

| PERIODIZAÇÃO O PROPOSTA | Nome | Ano | Fonte de Recursos | Esfera promotora | Tipologia | Situação | Unid. |
|---------------------------------|---|-----------|---------------------|------------------|------------|----------|-------|
| Apenas para servidores públicos | Conjunto de moradias p/ funcionários públicos | 1950 | Governo Territorial | TFA | Horizontal | Alterado | -- |
| | Conjunto Residencial IPASE | Déc. 1950 | Governo Territorial | TFA | Horizontal | Alterado | -- |
| | Moradias Populares Baixada do Elesbão | 1983 | Governo Territorial | TFA | Horizontal | Alterado | -- |



| | | | | | | | |
|---|---|-----------|----------|------------|------------|------------|---------------|
| | Conj. Cabralzinho | 1986 | CAIXA | TFA | Horizontal | Concluído | -- |
| | Conj. Laurindo Banha | -- | EMDESUR | TFA | Horizontal | Concluído | -- |
| | Conj. EMBRAPA | 1987 | EMDESUR | TFA | Horizontal | Concluído | -- |
| Período dos loteamentos | Conjunto Boné Azul | 1988 | GEA | Estadual | Horizontal | Concluído | -- |
| | Loteamento Brasil Novo | 1990 | GEA | Estadual | Loteamento | Concluído | 572 |
| | Conj. Hospital de Base | 1993 | GEA | Estadual | Loteamento | Concluído | 220 |
| | Moradias Populares Baixada do Japonês | 1993 | GEA | Estadual | Horizontal | Alterado | 550 |
| | Moradias Populares Novo Buritizal | 1993 | GEA | Estadual | Horizontal | Alterado | 200 |
| | Loteamento Tucumã | 1997 | GEA | Estadual | Loteamento | Concluído | 998 |
| | Loteamento Renascer | 1998 | GEA | Estadual | Loteamento | Concluído | 2.334 |
| | Loteamento Chefe Clodoaldo | 1998 | GEA | Estadual | Loteamento | Concluído | 222 |
| | Loteamento Marabaixo | 1998 | GEA | Estadual | Loteamento | Concluído | 2.232 |
| | Loteamento Pantanal | 1998 | GEA | Estadual | Loteamento | Concluído | 500 |
| | Loteamento Infraero | Déc. 1990 | -- | -- | Loteamento | Concluído | -- |
| | Loteamento Novo Horizonte | Déc. 1990 | -- | -- | Loteamento | Concluído | -- |
| | Loteamento Jardim Felicidade | Déc. 1990 | -- | -- | Loteamento | Concluído | -- |
| | Loteamento Jardim Equatorial | Déc. 1990 | -- | -- | Loteamento | Concluído | -- |
| | Loteamento Marco Zero | Déc. 1990 | -- | -- | Loteamento | Concluído | -- |
| | Loteamento Zerão | Déc. 1990 | -- | -- | Loteamento | Concluído | -- |
| | Loteamento Açucena | 2000 | GEA | Estadual | Loteamento | Concluído | 42 |
| | Loteamento Amazonas | 2000 | GEA | Estadual | Loteamento | Concluído | 500 |
| | Loteamento Vale Verde | 2004 | GEA | Estadual | Loteamento | Concluído | 860 |
| | Loteamento Jovenila/Palmares | 2004 | GEA | Estadual | Loteamento | Concluído | 895 |
| Loteamento Esperança do Renascer | 2006 | GEA | Estadual | Loteamento | Concluído | 142 | |
| Lotes no Conjunto Boné Azul | 2006 | GEA | Estadual | Loteamento | Concluído | 510 | |
| Período da verticalização | Conj. Hab. Vitória-Régia ² | 2007 | PAR | Estadual | Vertical | Concluído | 160 |
| | Loteamento Morada das Palmeiras | 2010 | GEA | Estadual | Vertical | Concluído | 700 |
| | Conj. Hab. Mucajá | 2011 | PAC | Municipal | Vertical | Concluído | 592 |
| | Conj. Parque dos Buritis | 2012 | PMCMV | Municipal | Horizontal | Concluído | 36 |
| | Conj. Hab. Mestre Oscar | 2013 | PMCMV | Municipal | Horizontal | Concluído | 528 |
| | Conj. Hab. Aturiá | 2013 | PAC | Estadual | Vertical | Paralisado | 512 |
| | Conj. Hab. Macapaba I | 2014 | PMCMV | Estadual | Vert/Horiz | Concluído | 2.148 |
| | Conj. Hab. Congós | 2014 | PAC | Estadual | Vertical | Em Obras | 280 |
| | Conj. Hab. São José | 2016 | PMCMV | Municipal | Vertical | Concluído | 1.440 |
| | Conj. Hab. Macapaba II | 2017 | PMCMV | Estadual | Vert/Horiz | Concluído | 2.218 |
| | Conj. Hab. Jd Açucena | 2018 | PMCMV | Municipal | Vertical | Concluído | 1.500 |
| | Conj. Hab. Janary Nunes | 2018 | PMCMV | Municipal | Vertical | Em obras | 500 |
| | Conj. Hab. Miracema | 2018 | PMCMV | Estadual | Vertical | Em obras | 500 |
| | Total de UH contratadas do PMCMV | | | | | | |
| Total de UH no Período da verticalização | | | | | | | 11.114 |

Quadro 1 - Relação de empreendimentos habitacionais em Macapá de 1943 a 2018.

Fonte: BELUCIO (2016); CARVALHO (2015); DIROT/CDA – IMAP; PENNAFORT (1994); SILVA (2016).

Elaboração: CORDEIRO, 2018.

² O Conjunto Habitacional Vitória Régia foi lançado no ano de 2004 segundo dados do Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP), porém, para o quadro presente neste trabalho, foi considerado o ano de inauguração do empreendimento, 2007, conforme Carvalho (2016). Fonte: <http://www.imap.ap.gov.br/conteudo/gestao/assentamentos-rurais-e-urbanos>. Acesso em 29 nov 2018

Com base no Quadro 1 acima, propomos a divisão das ações habitacionais empreendidas em Macapá em três grandes períodos que dizem respeito principalmente ao tipo de ação realizada predominantemente.

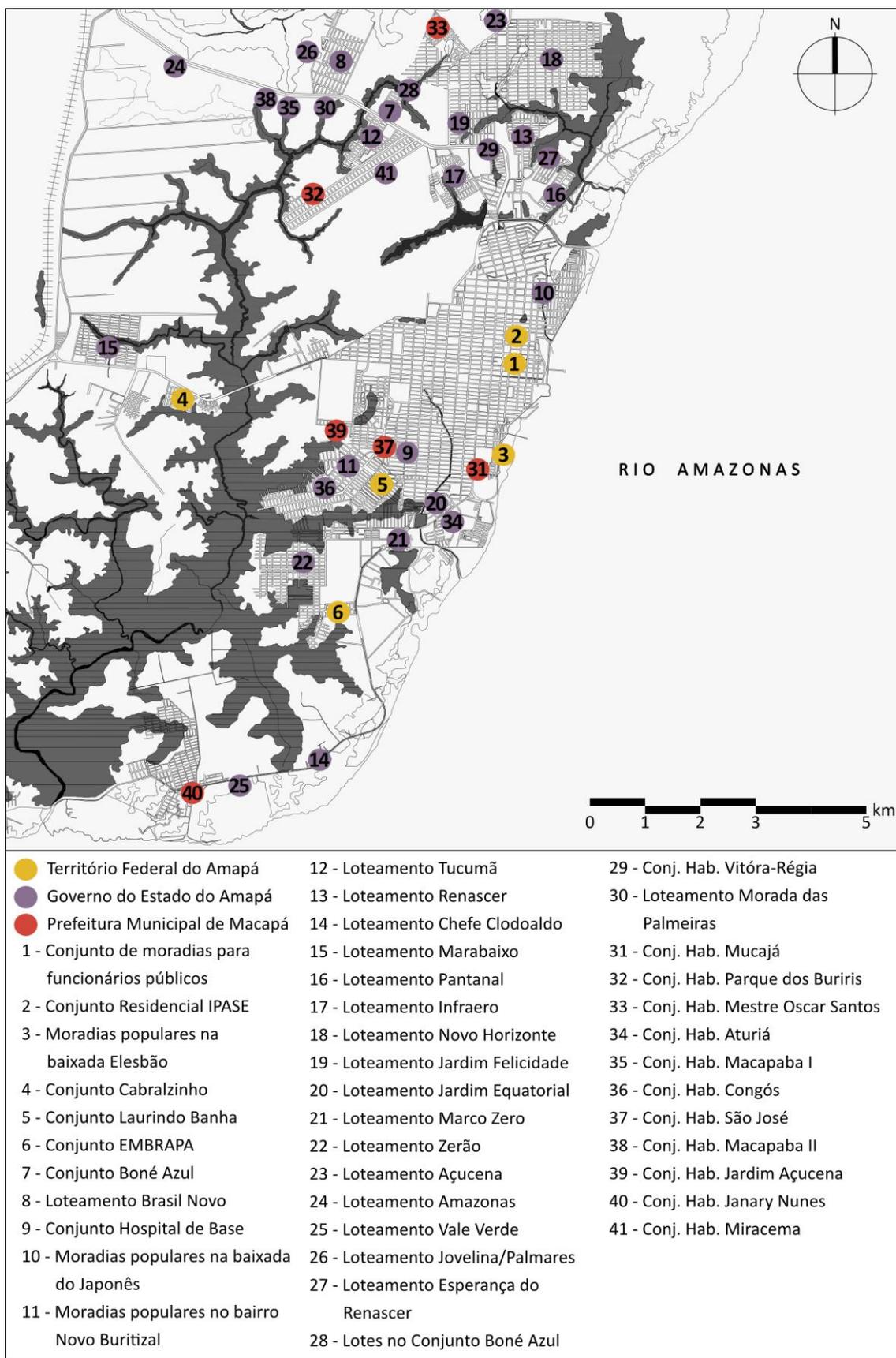
O primeiro período referente ao Território Federal do Amapá, pode-se notar que houve apenas a preocupação com a moradia dos funcionários públicos (entende-se aqui militares) com a construção de unidades térreas unifamiliares. Ainda que a produção no momento após ditadura, do final da década de 1980 também se caracterize como de conjuntos horizontais financiados pela CAIXA e EMDESUR, a política atendia apenas a população com capacidade de pagamento das parcelas, excluindo assim trabalhadores sem carteira assinada, com trabalhos/serviços informais.

Convém lembrar que no regime ditatorial não houve nenhum registro ou ação realizada identificada.

O segundo período, a partir de 1988, com a descentralização político-administrativa promovida pela Constituição Federal, pode ser denominado como Período dos loteamentos, pois identifica-se que a ação predominante foi a de abertura de loteamentos horizontais, tendo em vista o grande contingente populacional migrante para o novo estado. Esses loteamentos nem sempre eram acompanhados das demais infraestruturas urbanas como rede de saneamento e pavimentação, alguns permanecendo na precariedade até hoje. Esse período foi responsável pelo espraiamento da mancha de ocupação urbana, instalando e agravando alguns conflitos de uso residencial em áreas de fragilidade ambiental em direção ao norte e ao sul do município.

O terceiro período é caracterizado pela inserção da tipologia vertical de até 4 pavimentos e também é quando ocorre expressiva provisão habitacional na cidade, com a construção de 11.114 unidades habitacionais. Convém esclarecer que os números anteriores não foram averiguados pela pesquisa, sendo impossível estabelecer comparações mais precisas.

O Mapa 1 a seguir indica a localização dos projetos habitacionais realizados com a respectiva identificação da esfera promotora do empreendimento (Governo Territorial, Governo do Estado e Prefeitura Municipal). Percebe-se claramente o processo de espraiamento a partir dos anos 1990 (Período dos loteamentos) com acentuada ocorrência de loteamentos promovidos pelo Governo do Estado na zona norte e na zona sul de Macapá.



Mapa 1 - Localização dos empreendimentos habitacionais em Macapá de 1943 a 2018.
Elaboração: CORDEIRO, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certos de que a conjugação com outras informações, tais como dados estatísticos populacionais e dinâmica do setor produtivo podem enriquecer ainda mais a compreensão, a identificação e organização das ações empreendidas pelo poder público na cidade de Macapá no período analisado neste trabalho já nos permite algumas considerações iniciais acerca da política habitacional na capital amapaense.

Desde o início, vemos que a preocupação do governo do Território Federal foi apenas com os servidores públicos, entendidos aqui como os funcionários do quadro militar.

Essa primeira política em habitação na cidade de Macapá reflete as características que a administração central da época tinha, o que só veio a mudar, em partes, a partir da década de 1980 com o governo de Annibal Barcellos. Neste período apesar da maior parte da produção ser destinada a funcionários com capacidade de adquirir financiamento, houve também a criação de moradias populares para quem habitava regiões precárias da cidade.

Com o crescimento populacional e o aumento dos problemas sociais, a partir de 1988 os governos estaduais definiram então uma política de loteamentos criados em áreas de crescimento urbano e que deveriam, portanto, ser destinados às populações de baixa renda e aos que chegavam na cidade oriundos de outros estados. Essa prática resultou em diversos assentamentos desprovidos de infraestrutura e que ainda não eram suficientes para o contingente populacional que veio a se instalar na capital, sendo o poder público um dos maiores responsáveis diretos pela precariedade urbanística existente até hoje. Chamamos este período no presente trabalho como Período dos loteamentos. A prática de loteamentos foi interrompida após a década de 1990, havendo apenas a regularização de alguns bairros da cidade, o que não solucionava a situação fundiária e agravava o déficit habitacional em Macapá.

As novas iniciativas em habitação ocorrem somente com a implementação de políticas federais na cidade como o PAR, PAC e o PMCMV a partir do ano de 2007. Como visto, foram criados por meio destes programas 7 conjuntos habitacionais no formato de edifícios de apartamentos (tipologia vertical) associada ou não a casas unifamiliares. Esse terceiro período denominado como Período da verticalização.

Essa forma de provisão, principalmente a decorrente do PMCMV, dita então a atual ação governamental no âmbito da habitação social em Macapá. A contratação de novos projetos por parte da prefeitura e do governo do estado e a possível retomada das obras paralisadas de dois conjuntos do governo estadual, podem demonstrar que o programa também se estenderá por anos como a única forma de criação de moradias para a população de baixa renda.

Espera-se que o conteúdo do presente trabalho enseje o aprofundamento das pesquisas no âmbito da questão da moradia no estado, tendo em vista a ausência de uma

base única ou confiável de dados que possam avançar na discussão e reflexão teórica, contribuindo assim para a formulação de uma política pública habitacional efetiva em Macapá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Nelson Tito da Silva. **Implantação da Habitação de Interesse Social Através do Programa Aceleração do Crescimento e PMCMV em Macapá-AP: Implementação de uma creche e de um espaço multiuso no conjunto residencial Mucajá**. 105 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.

BELUCIO, Lena Pereira. **Conjunto Habitacional Mestre Oscar (AP): Uma proposta de intervenção urbana**. 2016. 109 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura, Pró-reitoria de Ensino e de Graduação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.

BRITO, Jaqueline Ferreira de Lima. **A Fortaleza de Macapá como monumento e a cidade como documento histórico**. 266 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

CARVALHO, Bianca Moro de. **Vivienda popular en el Amazonas brasileño.: El caso de las resacas en la ciudad de Macapá**. 2015. 251 f. Tese (Doutorado) - Curso de Urbanismo, Programa de Maestría y Doctorado En Urbanismo, Universidad Nacional Autónoma de México, México, D.f, 2015.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A criação de novos Territórios. Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro, v. 4. n.16, 1943, p. 754-757. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe_1943_v4_n16.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.

LUNA, Verônica Xavier. **Um Cais que Abriga Histórias de Vida: Homens e Máquinas Construindo o Social na Cidade de Macapá (1943-1970)**. 2017. 217 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MACHADO, Arnaldo Balieiro; PANTOJA, Onivan Barbosa. **Crescimento Demográfico: A Problemática Habitacional na Cidade de Macapá 1940/1990**. 32 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 1995.

NUNES, Janary Gentil. **Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá, em 1944**, apresentado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pelo Capitão Janary Gentil Nunes, Governador do Território. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

PENNAFORT, Hélio. **Barcellos: Síntese de Dois Governos**. Macapá, 1994.

PORTILHO, Ivone dos Santos. **Políticas de Desenvolvimento Urbano em Espaços Segregados: Uma Análise do PDSA na Cidade de Macapá (AP)**. 166 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais (1943-2000)**. 216 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Território do Amapá: Perfil Histórico**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949. 182 p.

BELUCIO, Lena Pereira. **Conjunto Habitacional Mestre Oscar (AP): Uma proposta de intervenção urbana**. 2016. 109 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura, Pró-reitoria de Ensino e de Graduação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.

SANTOS, Dorival da Costa dos. **O Regime Ditatorial Militar no Amapá: Terror, Resistência e Subordinação - 1964/1974**. 2001. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SILVA, Eliane Aparecida Cabral da. **Quando a Terra Avança Como Mercadoria Perde-se o Valor de Uso na Cidade: Regularização fundiária e a expansão urbana na cidade de Macapá - Amapá**. 195 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SOUZA, Ana Claudia Machado de. **Análise do Planejamento Urbano de Um Espaço em Transformação: As Cidades de Macapá e Santana na Perspectiva do Desenvolvimento Local**. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.

TOSTES, José Alberto; LUZ, Rita Simone. **Planejamento urbano na cidade de Macapá: análise do projeto habitacional Macapaba**. In: Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: III ENANPARQ, 2014.

TOSTES, José Alberto. **Planos Diretores no Estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional**. Macapá: J.A. Tostes, 2006.